

A Gazeta (ES)

27/10/03 Conferência das Cidades chega ao fim com eleição de conselho

Brasília - A 1ª Conferência Nacional das Cidades terminou ontem, no Minas Tênis Clube, em Brasília, com a escolha dos 70 representantes que vão integrar o Conselho do órgão, com a missão de auxiliar o Ministério das Cidades na elaboração e condução das políticas urbanas no país. Os 2.510 delegados presentes ao encontro escolheram os representantes entre os diversos segmentos da sociedade: movimentos sociais, organizações não-governamentais, empresários, sindicatos e representantes de prefeituras e dos governos estaduais.

A Conferência, aberta na última quinta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, discutiu vários temas relacionados aos problemas urbanos, como a inclusão dos 50 milhões de brasileiros que não tem renda para usar transporte público. Para o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), as alternativas estariam em diminuir o custo das tarifas, criar um fundo de inclusão do transporte e o tíquete transporte.

Políticas urbanas

Os mais de 2.500 delegados definiram um modelo de forma de gestão das políticas urbanas no país. O documento elaborado será levado para o Ministério das Cidades para ser usado na solução dos problemas urbanos, nas áreas de moradia, saneamento, transporte urbano e organização espacial integrada. O governo considera que são esses os principais fatores de exclusão social no país.

A meta do Governo é promover, com a participação popular, outras conferências para a discussão dos diversos temas, para ajudar na elaboração de políticas públicas para todo o país. A previsão é que até março sejam realizadas conferências nacionais das áreas de saúde, meio ambiente e de segurança alimentar, entre outras. A Conferência das Cidades, que surgiu em mais de três mil municípios, foi realizada depois nos 27 Estados, para que só então fosse realizada a I Conferência Nacional das Cidades na capital federal.

Gazeta do Povo (PR), A Gazeta de Cuiabá (MT)

Conferência das cidades debate gestão urbana

Olívio Dutra promete aproveitar propostas no conselho nacional

Brasília (ABr) - O documento com as sugestões da sociedade para uma política nacional de gestão urbana será entregue daqui a um mês ao novo Conselho Nacional das Cidades, órgão consultivo do governo cuja composição foi definida ao longo dos últimos quatro dias na 1.ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília entre quinta e ontem.

Participaram do encontro 2.510 delegados de todo o país, vindos dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades sindicais patronais e de trabalhadores, além de representantes de prefeituras e governos estaduais.

Segundo a coordenadora de sistematização do evento, Alexandra Reschke, o documento refletirá fielmente o que foi discutido e encaminhado

nas reuniões plenárias da conferência e será entregue, em forma de livro, a todos os participantes do conselho, inclusive os representantes de 13 ministérios. "O documento será a contribuição da sociedade sobre o que ela quer, em forma de política nacional, para melhorar a qualidade de vida, a gestão das cidades", disse Alexandra. As áreas críticas apontadas pelos delegados são habitação, saneamento básico, transporte e a gestão dos municípios.

A expectativa é a de que o conselho se reúna pela primeira vez ainda este ano, segundo o ministro das Cidades, Olívio Dutra, que participou da solenidade de encerramento da conferência. Ele disse que o governo aproveitará grande parte do que foi sugerido pelos delegados, no evento. "Tudo o que for possível, o governo certamente aproveitará", afirmou. No quesito déficit habitacional, por exemplo, Dutra informou que o governo trabalhará pela definição de um marco regulatório, a exemplo do que já existe para o setor elétrico, de comunicações e estradas. O objetivo é definir regras para que o setor privado colabore com o setor público para reduzir o déficit de 6,6 milhões de moradias existente atualmente.

Os recursos que o ministério das Cidades tem para 2004, para investir em habitação, são da ordem de R\$ 4,4 bilhões. De acordo com o ministro, serão necessários R\$ 6 bilhões de investimentos anuais, durante 20 anos, para acabar com a carência habitacional.

O mesmo valor terá que ser investido para que os mais de 5 mil municípios tenham saneamento básico, ao longo das próximas duas décadas.

#### Governo estuda outras conferências

A meta do governo é promover, com a participação popular, outras conferências para a discussão dos diversos temas, para ajudar na elaboração de políticas públicas para todo o país. A previsão é que até março sejam realizadas conferências nacionais das áreas de saúde, meio ambiente e de segurança alimentar, entre outras. A Conferência das Cidades, que surgiu em mais de 3 mil municípios, foi realizada depois nos 27 estados, para que só então fosse realizada a 1.ª Conferência Nacional das Cidades na capital federal.

#### Conselho Nacional das Cidades - Composição Final

##### Poder Público Federal (14 vagas)

##### Titulares:

##### Ministério das Cidades (4 vagas):

- 1 - Secretaria Nacional de Habitação
- 2 - Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana
- 3 - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
- 4 - Secretaria Nacional de Programas Urbanos

5 - Caixa Econômica Federal

6 - Caixa Econômica Federal

7 - Casa Civil

- 8 - Ministério do Meio Ambiente
- 9 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 10 - Ministério da Fazenda
- 11 - Ministério da Cultura
- 12 - Ministério da Integração Nacional
- 13 - Ministério da Saúde
- 14 - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Suplentes:

- 1 - Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)
- 2 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- 3 - Ministério de Minas e Energia
- 4 - Ministério de Ciência e Tecnologia
- 5 - Ministério do Turismo
- 6 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- 7 - Ministério da Assistência Social
- 8 - Ministério dos Transportes
- 9 - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
- 10 - Ministério do Trabalho
- 11 - Ministério da Educação
- 12 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
- 13 - Secretaria Especial de Direitos Humanos
- 14 - Secretaria Especial dos Direitos da Mulher

Poder Público Estadual (6 vagas):

Titulares:

- 1 - Associação das Empresas de Saneamento Básico (Aesb)
- 2 - Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- 3 - Governo do Estado de Roraima
- 4 - Governo do Estado do Mato Grosso
- 5 - Governo do Estado do Rio de Janeiro
- 6 - Governo do Estado do Ceará.

Suplentes:

- 1 - Fórum Nacional de Secretários de Habitação (FNSH)
- 2 - Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
- 3 - Governo do Estado de Santa Catarina
- 4 - Governo do Estado do Espírito Santo
- 5 - Governo do Estado do Amazonas
- 6 - Governo do Estado do Piauí

Poder Público Municipal (10 vagas):

Titulares

- 1 - Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- 2 - Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- 3 - Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
- 4 - Frente Nacional de Prefeitos - Cidades de Regiões Metropolitanas

- 5 - Frente Nacional de Prefeitos - Cidades de Regiões Metropolitanas
- 6 - Associação Brasileira de Cohabs (ABC)
- 7 - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito (FNSDTUT)
- 8 - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae)
- 9 - União de Vereadores do Brasil (UVB)
- 10 - Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana

Suplentes:

- 1 - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma)
- 2 - União de Vereadores do Brasil (UVB)
- 3 - Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
- 4 - Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana
- 5 - Associação Brasileira de Coabs (ABC)
- 6 - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito (FNSDTUT)
- 7 - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae)
- 9 - União de Vereadores do Brasil (UVB)
- 10 - Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana

obs: As entidades ABM, CNM e FNP comprometem-se a indicar titulares e suplentes para suas vagas, segundo critério de rodízio, regionalização e porte dos municípios.

Movimento Popular - 19 vagas, distribuídas pelas entidades:

Titulares:

- 1 - União Nacional por Moradia Popular (UNMP) - 5 vagas
- 2 - Central de Movimentos Populares (CMP) - 5 vagas
- 3 - Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) - 4 vagas
- 4 - Confederação Nacional de Associação de Moradores (Conam) - 5 vagas

Suplentes:

- 1 - UNMP - 4 vagas
- 2 - Conam - 5 vagas
- 3 - CMP - 5 vagas
- 4 - MNLM - 5 vagas

Empresários (7 vagas):

Titulares:

- 1 - Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)
- 2 - Confederação Nacional do Comércio (CNC)
- 3 - Confederação Nacional do Transporte (CNT)
- 4 - Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)
- 5 - Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

6 - Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

7 - Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Suplentes:

1 - Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento (Asfamas)

2 - Conselho Federal de Corretores (Cofeci)

3 - Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU)

4 - Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)

5 - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas (ABCON)

6 - Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Monampe)

7 - Confederação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Brasil (CACB)

Trabalhadores (7 vagas):

Titulares:

1 - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte (CNTT)/ Central Única dos Trabalhadores (CUT)

2 - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte (CNTT)/ Central Única dos Trabalhadores (CUT)

3 - Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)

4 - Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)

5 - Federação Nacional dos Arquitetos (FNA)

6 - Federação Intersindical de Engenheiros (Fisenge)

7 - Central Única dos Trabalhadores - Nacional

Suplentes:

1 - Federação Nacional dos Portuários (FNP)

2 - Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro)

3 - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag)

4 - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Administrações Municipais (Confetam)

5 - Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

6 - Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)

7 - Força Sindical

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa (4 vagas):

Titulares:

1 - Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)

2 - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES)

3 - Associação dos Transportes Públicos (ANTP)

4 - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA)

Suplentes:

- 1 - Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)
- 2 - Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac)
- 3 - Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte (ANPET)
- 4 - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)

Organizações Não-Governamentais (3 vagas):

Titulares:

- 1 - Associação Brasileira de Ongs (Abong)
- 2 - Federação de Obras de Assistência Social e Educação (Fase)
- 3 - Frente Nacional pela Reforma Urbana (FNRU)

Suplentes:

- 1 - Abong
- 2 - Rede Mata Atlântica/UPAN
- 3 - União Brasileira de Mulheres

Edésio Fernandes  
Diretor de Assuntos Fundiários  
Secretaria Nacional de Programas Urbanos  
Ministério das Cidades - Esplanada dos Ministérios bloco "A" sala 218  
Brasília - DF C.E.P.: 70.050-901  
Fone: (061) 411-4696 Fax: (061) 226-2719